



LEGISLATURA 19ª – DÉCIMA NONA

SESSÃO 1ª- LEGISLATIVA

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 3ª – Reunião Plenária dia 09.01.2025.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PERÍODO ÚNICO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA DA CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA TALHADA, ESTADO DE PERNAMBUCO, COM A FINALIDADE VOTAR EM 1º TURNO OS PROJETOS DE LEI Nº 001 E 002/2025 DO PODER LEGISLATIVO E OS PROJETOS DE LEI DE Nº 001 AO 010/2025 DO PODER EXECUTIVO.

AO NONO DIA DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO MANOEL ANDRELINO NOGUEIRA, REUNE-SE O PODER DELIBERATIVO MUNICIPAL SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR **MANOEL CASCIANO DA SILVA**. O PRESIDENTE PASSA A PALAVRA AO 1º SECRETÁRIO **ROSIMERIO LUIZ ALVES DA COSTA** PARA FAZER A LEITURA DO QUÓRUM: **ALICE PEREIRA DE LORENA E SÁ, ANTÔNIO DE ASSIS DO NASCIMENTO, ANTÔNIO RODRIGUES DE LIMA, FRANCISCO PINHEIRO DE BARROS, GILLIARD MENDES DE MELO, JOSÉ JAIME INÁCIO DE OLIVEIRA, JOSÉ RAIMUNDO FILHO, JULIANA APARECIDA CORREA TENORIO, LINDOMAR LOPES DINIZ, MANOEL CASCIANO DA SILVA, ROMERIO SENA BRASIL, RONALDO ROMÃO DE SOUSA, ROSIMÉRIO LUIZ ALVESDA COSTA, TÉRCIO BARBOSA DE SIQUEIRA**. VEREADORES AUSENTES: **CARLOS ANDRE PEREIRA DE SOUZA, WALLACY KLEITON CABOCLO**. O PRESIDENTE CONSTATANDO O NÚMERO LEGAL DE VEREADORES DECLARA ABERTA A SESSÃO. OCUPAM AS CADEIRAS DE VICE-PRESIDENTE, PRIMEIRO E SEGUNDO SECRETÁRIO OS(AS) SENHORES(AS) VEREADORES(AS): **ALICE PEREIRA DE LORENA E SÁ, ROSIMÉRIO LUIZ ALVES COSTA E CLENIO ALVES DE MELO**, CONSTITUINDO A MESA EXECUTIVA. O Presidente **Manoel Casciano da Silva** retoma a palavra e convida o Vereador **José Raimundo Filho**, para ler um trecho da Bíblia Sagrada. De acordo com o Regimento Interno, o Presidente **Manoel Casciano da Silva** coloca em votação a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. O Presidente **Manoel Casciano da Silva** passa a palavra ao 1º Secretário Rosimério Luiz Alves da Costa para fazer a leitura da matéria. Lidos os **Pareceres** das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei nº 001/2025 do Poder Executivo. Os Pareceres opinam pela constitucionalidade e aprovação do mesmo. Lidos os **Pareceres** das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei nº 002/2025 do Poder Executivo. Os Pareceres opinam pela constitucionalidade e aprovação do mesmo. Lidos os **Pareceres** das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei nº 003/2025 do Poder Executivo. Os Pareceres opinam pela constitucionalidade e aprovação do mesmo. Lidos os **Pareceres** das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei nº 004/2025 do Poder Executivo. Os Pareceres opinam pela constitucionalidade e aprovação do mesmo. Lidos os **Pareceres** das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; de Educação e Cultura; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei Complementar nº 005/2025 do Poder Executivo. Os Pareceres opinam pela constitucionalidade e aprovação do mesmo. Lidos os **Pareceres** das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; de Desenvolvimento Econômico e Social; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei nº 006/2025 do Poder Executivo. Os Pareceres opinam pela constitucionalidade e aprovação do mesmo. Lidos os **Pareceres** das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei nº 007/2025 do Poder Executivo. Os Pareceres opinam pela constitucionalidade e aprovação do mesmo. Lidos os **Pareceres** das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei nº 008/2025 do Poder Executivo. Os Pareceres opinam pela constitucionalidade e aprovação do mesmo. Lidos os **Pareceres** das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; de Desenvolvimento Econômico e Social; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei

nº 009/2025 do Poder Executivo. Os Pareceres opinam pela constitucionalidade e aprovação do mesmo. Lidos os **Pareceres** das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; de Educação e Cultura; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei nº 010/2025 do Poder Executivo. Os Pareceres opinam pela constitucionalidade e aprovação do mesmo. Lidos os **Pareceres** das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2025 do Poder Legislativo. Os Pareceres opinam pela constitucionalidade e aprovação do mesmo. Lidos os **Pareceres** das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei nº 002/2025 do Poder Legislativo. Os Pareceres opinam pela constitucionalidade e aprovação do mesmo. **O Presidente Manoel Casciano da Silva retoma a palavra.** Eu quero agradecer a todos aqui presentes. A palavra está facultada a qualquer vereador que queira usá-la. **O Presidente Manoel Casciano da Silva passa a palavra ao Vereador Francisco Pinheiro de Barros.** Bom dia a todos! Gostaria de cumprimentar o Senhor Presidente, os colegas vereadores e todos os presentes no Plenário, em nome do amigo Cecílio, do senhor Rafael e da nossa conselheira tutelar Maiara. Senhor Presidente, trago esta informação apenas para esclarecer algumas dúvidas de quem nos acompanha. Aproveito também para registrar a presença do doutor Jailson. Sobre o reajuste, fomos procurados a respeito desse tema e, inicialmente, em reunião com a prefeita, ficou decidido que ele será destinado a todos os profissionais da educação, pois trata-se de verbas específicas referentes ao reajuste do piso nacional de 6,27%. Já os demais servidores de outras secretarias receberão o reajuste separadamente, posteriormente. Inclusive, Maiara, no caso de vocês do Conselho Tutelar, por se tratarem de cargos eletivos, o reajuste precisa ser tratado separadamente. Portanto, fiquem tranquilos, pois todos os servidores de Serra Talhada serão contemplados com o reajuste, incluindo os do Conselho Tutelar. Deixo aqui um abraço para todos vocês e até a próxima oportunidade! **O Presidente Manoel Casciano da Silva passa a palavra ao Vereador Antônio de Assis do Nascimento.** Senhor Presidente, vereadores e vereadoras, bom dia! Cumprimento a todos os presentes aqui no plenário e saúdo o doutor Jailson, Cecílio Tiburtino, assim como as demais autoridades. Sobre o projeto de aumento enviado pela prefeita, o vereador Pinheiro mencionou que houve uma reunião com ela. No entanto, eu, Lindomar e Ronaldo não estivemos presentes nessa reunião. Sendo assim, votaremos de acordo com nossa consciência. Fiz uma promessa a mim mesmo de nunca votar contra nenhum reajuste salarial para os servidores. Sabemos que houve um aumento considerável devido ao acúmulo do congelamento salarial desde 2012. Quando analisamos o montante total, naturalmente há um acréscimo significativo, principalmente quando comparamos o salário da prefeita com o da cidade de Arcoverde. Estamos tranquilos quanto a isso, mas faço um pedido ao doutor Cecílio: o reajuste salarial foi concedido a todos os servidores municipais, porém, os salários dos aposentados continuam congelados. Doutor, apelo para a sua consciência e para que, junto com a prefeita, envie a esta Casa um projeto para reajustar também os vencimentos dos aposentados, pois acredito que eles também estão sofrendo perdas salariais. Aproveito para cumprimentar o advogado doutor Allan Pereira. Quanto ao meu voto, permanecerei fiel ao que jurei. No entanto, espero que vossa excelência encaminhe o projeto de aumento para os servidores aposentados, pois eles não têm outra fonte de renda e seus salários continuam congelados. Aguardo essa atitude de lealdade, pois estamos aqui para fazer justiça. Sobre o piso salarial dos professores, o reajuste atual é de 6,27%, mas acredito que a prefeita poderia conceder um aumento um pouco maior, chegando a 10%. Doutor Cecílio, peço que isso seja analisado com atenção, pois o professor é aquele que dedica 24 horas do seu dia à educação e merece esse reconhecimento. Espero que vossa excelência reveja essa questão com carinho, principalmente em relação ao salário dos professores. Muito obrigado! **O Vereador Antônio de Assis do Nascimento concede um aparte ao Vereador Francisco Pinheiro de Barros.** Quero informar que todos os aposentados da educação, seja professor ou de outra função, automaticamente receberão esse mesmo percentual. **O Vereador Antônio de Assis do Nascimento retoma a palavra.** Obrigado Vereador. Porém não tem aposentados apenas da secretaria de educação, mas também de outras secretarias, portanto temos que fazer justiça para que venha o aumento para todos e não individual. Isso é que eu cobro e vou cobrar. **O Vereador**

Francisco Pinheiro de Barros toma a palavra. Antônio, vai vir depois. Esse projeto é específico para educação, que é o piso. Depois virá o projeto de aumento para os demais servidores. **O Vereador Antônio de Assis do Nascimento retoma a palavra.** Pronto, mas vamos lutar e eu tenho certeza que o advogado, Doutor Cecílio, junto com a prefeita vão chegar a esse consenso e melhorar também para as outras secretarias que não foram contempladas. Vamos fazer aquilo que o coração pede e a nossa obrigação. Sabemos que é um pouco difícil, mas vamos fazer aquilo que Deus orienta a gente fazer. Muito obrigado e bom dia a todos. **O Presidente Manoel Casciano da Silva passa a palavra ao Vereador Lindomar Lopes Diniz.** Bom dia a todos e a todas. Quero aqui ratificar as palavras do meu amigo Antônio, em relação ao projeto do Executivo para o Legislativo, que trata do reajuste de remuneração no Executivo. O percentual proposto, que está em votação hoje, me parece muito elevado. Gostaria de deixar claro que não sou contra o aumento ou reajuste salarial para nenhum funcionário público, mas o percentual apresentado no projeto em questão me preocupa, pois achei bem elevado. Analisando o caso, por exemplo, do município de Petrolina, uma das maiores cidades do Sertão, o prefeito aprovou um reajuste de 38,5%, que elevou o salário para R\$ 25 mil reais, a partir de 2025. Comparando com o que está sendo proposto aqui, acredito que o percentual para os cargos de prefeito, vice-prefeito e secretários seja alto demais. Por esse motivo, sou contra o projeto como está atualmente. Concordo com o Antônio e aproveito para solicitar ao Dr. Cícero que reavalie este reajuste destes salários que citei, como também os salários dos aposentados do município. Além disso, é importante destacar a necessidade de discutirmos, com a mesma seriedade, os direitos e reajustes das categorias como aposentados, professores, agentes de endemias e agentes de saúde, em serei favorável. Estes trabalhadores são a base do nosso município e merecem atenção especial. Se podemos propor um percentual elevado para o Executivo, por que não podemos fazer o mesmo esforço para garantir melhorias salariais para os professores e demais profissionais que trabalham incansavelmente pela nossa cidade? Esse questionamento precisa ser feito e analisado com responsabilidade. Por fim, quero agradecer a todos pela atenção. Sou novo neste Legislativo e acredito que é meu dever manter uma postura coerente com aquilo que considero justo para a nossa população. Não poderia compactuar com um percentual tão alto para o Executivo, especialmente enquanto outras categorias lutam por melhorias básicas. Muito obrigado e um bom dia a todos. **O Presidente Manoel Casciano da Silva passa a palavra ao Vereador José Raimundo Filho.** Bom dia a todos! Cumprimento o senhor presidente, os vereadores do município, o procurador do município Dr. Cecílio, o secretário do governo, doutor Alan, e saúdo também meu amigo doutor Jailson, em nome de todos os que representam o SINTEST. Senhor presidente, senhores ouvintes, acredito que algumas questões precisam ser esclarecidas, ou melhor, argumentadas. Primeiramente, quando falamos sobre educação, doutor Jailson, eu tive ontem a oportunidade de receber várias ligações de professores e servidores a respeito dos percentuais de reajuste. O que temos procurado fazer – e discutimos na reunião com a prefeita, que me chamou para tratar da transferência dos percentuais – é buscar a melhor solução para todos. Essa foi a primeira medida adotada. Inclusive, encontrei a professora Vera, Ana e mais duas professoras na rua da Prefeitura na semana passada, onde discutimos a proposta de 10% de reajuste. Na reunião, argumentei que o repasse da per capita deve ser feito sempre em tempo hábil, pois, no governo da prefeita Márcia, os reajustes costumavam ocorrer apenas em março ou abril, gerando a necessidade de pagamento de valores retroativos, o que nem sempre era garantido. Então, a primeira intenção do governo, neste momento, foi oficializar a per capita do piso salarial, e isso precisa ficar claro. O percentual estabelecido refere-se apenas ao piso salarial, e os colegas que estão na luta por melhores condições precisam saber que há um projeto em tramitação em Brasília para estabelecer o piso também para outros profissionais da educação. Infelizmente, a legislação atual contempla apenas os profissionais da educação diretamente ligados ao ensino, ou seja, os 6,27% de reajuste estão sendo aplicados conforme a lei vigente. Quanto à extensão desse reajuste para os aposentados da educação (inativos), essa é uma discussão diferente, que precisa ser tratada com responsabilidade. Além disso, quero destacar a importância de criarmos pautas mais objetivas e diretas, pois não adianta vender ilusões. Precisamos ter um olhar realista e fundamentado na legislação, sem vender ilusões. Eu também sonho com um reajuste de

50% ou 70% para os professores aposentados, mas temos que seguir a legislação vigente e respeitar as normas que regulam o piso salarial. A diferença é que, quando o assunto foi discutido, a prefeita Márcia afirmou que o projeto, inclusive, foi enviado no primeiro dia para esta Casa e depois retirado para que pudesse ser feito o impacto financeiro para todos os servidores. Como vossas excelências sabem, seria muito fácil apenas corrigir o salário mínimo conforme o reajuste do governo federal e esquecer todas as outras categorias. No entanto, dentro do entendimento da lei, foi necessário discutir a questão. Naquele momento, o percentual de gastos com pessoal girava em torno de 47% de gasto com o pessoal, e dentro dessa margem foi possível incluir os outros servidores. Foi assim que se chegou à correção salarial dos agentes comunitários de saúde, que inicialmente tinham apenas 10% de reajuste e agora receberão os outros 10% restantes, conforme estabelece a lei, totalizando 20%. Além disso, foi estabelecido um reajuste igualitário para todos os demais servidores municipais, incluindo auxiliares administrativos e outras funções. Sobre a discussão levantada pelos colegas, quero deixar claro que não trabalho com especulações ou projetos que ainda não estão em pauta. Eu discuto os projetos que já estão aqui nesta Casa. Com todo respeito aos membros do Conselho Tutelar, a questão foi debatida na reunião, mas não tratarei dela especificamente, pois o projeto ainda não está em tramitação. Também não cabe a mim definir quando ele será enviado, pois essa decisão não está sob minha responsabilidade. Em relação à educação, no ano passado, o então secretário de governo, Júnior, e eu discutimos sobre a necessidade de ter coragem para debater, de fato, a educação em Serra Talhada. Se você me perguntar se poderíamos ter um reajuste melhor para a educação, eu acredito que sim. No entanto, nós, educadores, também precisamos contribuir para essa melhoria. Vou dar um exemplo: imagine que, em determinado ano, havia cerca de 600 servidores na educação, mas quase 270 apresentaram licenças médicas, fora os atestados que se tem. Dessa forma, a primeira medida, doutor Cecílio, deve ser avaliar essa questão com mais critério. Não estou questionando a validade dos atestados médicos, pois respeito a necessidade de afastamento por motivos de saúde, mas respeito a ética. Porém, é fundamental que se estabeleça uma junta médica específica para a educação, a fim de realizar uma avaliação mais rigorosa dessas licenças. O que quero dizer é que não faz sentido um servidor obter licença médica no município de Serra Talhada e continuar trabalhando em cidades vizinhas, como Belmonte, Santa Cruz da Baixa Verde, Calumbi, etc, sendo que nós da educação Serra Talhada estamos pagando o salário de quem está desenvolvendo atividades em outros municípios. Eu não vou entrar na questão do médico que deu atestado. Mas, infelizmente, Jailson, a gente tem que sentar com Vera e sentar com o governo para conversar. Vamos aqui usar como exemplo a escola Cônego Torres. Quem são os servidores da escola Cônego Torres? Porque tem aquela grifa também, porque tem escola que tem demais e tem escola que tem menos. Vocês, que são da educação, principalmente, aqueles do trabalho administrativo e auxiliar de serviços gerais sabem dessa realidade. Quero destacar aqui a necessidade de coragem e seriedade na discussão de temas que impactam diretamente a gestão pública e a vida da nossa população. Não adianta transferir responsabilidades ou fugir de debates importantes sem argumentos concretos. É preciso encarar os desafios e apresentar soluções claras. Por exemplo, enquanto parlamentar e professor, eu sempre me posicionei de forma responsável. Quando alguém sugere um reajuste de 15%, por exemplo, eu não vou mentir ou prometer algo que sei ser inviável sem estudos adequados. Eu sei até onde posso ir enquanto parlamentar e enquanto professor. Eu tenho consciência do meu papel e da defesa que tenho feito até mesmo no silêncio. Precisamos, antes de tudo, conhecer profundamente a realidade do município: quantas escolas temos, quantas turmas existem, quantos auxiliares de serviços gerais e administrativos estão na folha de pagamento para poder enxugar nossa folha. Sem esses dados, não há como fazer uma análise justa e propor mudanças sustentáveis. Enxugar a folha de pagamento é essencial, mas isso exige critério e coragem para tomar decisões administrativas que nem sempre agradam a todos. Um exemplo disso é minha posição contra a cessão de servidores municipais para escolas integrais sem critérios claros. Defendo que as escolas integrais devem contar com um processo seletivo transparente, garantindo que os professores aprovados em concurso recente também tenham acesso a essas vagas. Isso é questão de justiça. Eu defendo fazer um processo seletivo sério para que todos os professores possam ir para o ensino

integral. Porque todos querem ir porque o salário praticamente dobra, mas ninguém fala disso, porque falta coragem. Eu já perdi tanta coisa, que não vai me faltar coragem de trazer alguns pontos polêmicos, que não vou tratar agora porque não são específicos dos projetos que estão em votação, mas o governo tem que se resguardar exatamente disso. Então, eu peço para convidar todos para uma reunião com a diretoria do SINTEST, que eu marquei para o dia 15 às 20h. Vou tratar, por exemplo, da questão do PCC e do descongelamento das faixas. O que eu tenho dito ao Cecílio e à equipe de finanças do município é que não adianta discutir o descongelamento sem ter clareza sobre o impacto financeiro, porque ele afeta diretamente a vida de todos. Inclusive, no aumento atual que é dado, não adianta a Secretaria de Educação continuar empurrando essa questão, como foi feito antes. Eu diria que, apesar dos desafios, Edmar Júnior não apenas assumiu a educação, mas também está ajustando algumas coisas. Vou defendê-lo até o dia em que achar necessário. Então, Jailson, eu penso que é necessário ter coragem para começar a discutir isso. Quando falamos de descongelar as faixas, sabemos que haverá impacto financeiro. E, se há impacto financeiro, isso afeta também o cálculo do per capita. Por isso, é preciso ter coragem. Podemos tirar dois meses para fazer esse levantamento, mas é importante começar. Faz-se uma reunião, define-se um argumento sólido e depois para. O próprio Conselho de Educação também precisa ser discutido no seu papel. É fundamental não politizar determinadas questões que precisam de acompanhamento técnico. Por exemplo, vamos monitorar mensalmente os gastos: quanto está sendo gasto com merenda escolar? Quanto está sendo gasto com transporte escolar? Por que esse mês os custos aumentaram muito? É necessário ter coragem para enfrentar isso, porque é muito mais cômodo apenas dizer que foram gastos 2 milhões em merenda ou 4 milhões em transporte, sem detalhar. Vamos acompanhar mês a mês para entender a fundo e justificar esses gastos de forma transparente. Eu acho que, enquanto categoria, estaremos ajudando os servidores, porque isso impacta diretamente no aumento dos índices, que também poderia beneficiar o auxiliar administrativo, os professores, entre outros. Então, acredito que a nossa discussão deve ser pautada nisso. Sobre outros projetos, vou trazer, por exemplo, a questão dos percentuais que estão sendo colocados. Se fôssemos seguir o IPC de 2012 até agora, o reajuste seria em torno de 101,73%. No entanto, o que está sendo apresentado varia entre 56% e 70%, dependendo dos cargos, como os do prefeito, vice-prefeito e secretários. Isso ocorre em várias localidades, como em Petrolina, onde eu digo com propriedade, já que minha base eleitoral política é de lá. Apesar disso, só porque lá aplicam certos índices, não significa que o percentual de lá seja o correto. Às vezes, há outros fatores envolvidos aqui também. Jailson, quero deixar bem claro para a categoria, para os professores e para a Vera que vou continuar defendendo as mesmas ideias que sempre defendi. Contudo, gostaria que fôssemos mais pragmáticos nas discussões. Ao invés de levarmos uma pauta com 20 pontos, seria mais produtivo levarmos três para que um fosse resolvido. A categoria está cansada de perder tempo, como a APROST que só entra em momentos de oportunismo. Como eu disse ao Carlos: "Vamos sentar e identificar o que realmente importa. Só se paga conta com dinheiro, e já sabemos qual é o per capita disponível". O que precisamos é organizar, enxugar os custos e distribuir de forma justa para os professores e outras categorias. Não vejo grandes dificuldades nisso. Entendo que alguns colegas vereadores estão começando agora. Todos aqui têm a mesma representatividade e, por isso, compartilho essa reflexão. Aqui está o Antônio e lembro de uma reunião que tivemos em que houve discussões intensas. Naquele tempo, havia debates sobre quem tinha mais votos ou mais poder, mas hoje sabemos que, aqui, todos têm o mesmo peso. Infelizmente, ainda falta consciência coletiva entre nós. Muitas vezes, vemos uma luta interna entre os próprios vereadores, quando o foco deveria ser a representatividade de cada um. Conheço a integridade de Lindomar, e acredito que a casa poderia ser mais propositiva. Estava ali conversando com alguns colegas e, realmente, precisamos agir com mais responsabilidade e foco nos interesses da população. E na hora de votar, votarei de acordo com a minha consciência. Acho que a Casa não tem sido propositiva. Eu conversava sobre isso com Manoel, que também se propôs a discutir temas que possam trazer respostas concretas para a sociedade. É normal, no início de uma gestão, que surjam adequações. Eu dizia isso ao novo presidente da Câmara de Petrolina, que comentou: "É normal no começo da gestão fazer ajustes". Espero, sinceramente, que o governo

consiga se adequar. Ontem ouvi um comentário dizendo que, no governo atual, "até os que não faziam nada continuaram". Não compartilho dessa visão. Acredito que a confiança é a base para qualquer escolha. Quem coloca ou retira alguém é a prefeita. Confiança é pessoal. Tenho certeza de que muitas mudanças virão para atender às necessidades da sociedade, e isso inclui ajustes necessários. Tenho convicção de que o governo de Márcia pode avançar. É claro que divergem algumas coisas, e eu tenho meu posicionamento, mas sempre acreditei no diálogo como forma de resolver questões. Para ilustrar, quero aproveitar e mencionar uma visita de Márcia, junto com seu esposo Breno, que recebi no último sábado, por volta das 18h, na Fazenda Nova. Poucos sabem disso porque uso bem poucos os meios de comunicação. Tivemos uma conversa longa, de quase três horas, onde colocamos as coisas às claras, cara a cara. Concordamos e discordamos em vários pontos, mas acredito que o diálogo é o caminho para buscar entendimento. É importante reforçar que cada um tem sua posição, e isso deve ser respeitado. Ontem mesmo tive outra conversa com ela (a prefeita) e reforcei que continuarei priorizando o diálogo. Eu não quero prejudicar Serra Talhada, até porque votei nela. Eu disse a ela que a mudança de atitude precisa começar por nós. Quanto à posição que eu tomei, teve a justificativa. Não podemos continuar sendo os mesmos vereadores que éramos antes, porque todo mandato é um aprendizado. Precisamos, às vezes, deixar de pontuar questões menos relevantes e focar no que realmente importa. Não somos donos da verdade, e o aprendizado é contínuo. Sobre os projetos, a discussão foi feita, mas reconheço que o processo está sendo conduzido de forma intempestiva e apressada. Algumas coisas precisam ser resolvidas rapidamente, como a questão do salário mínimo, mas é necessário que os projetos cheguem com antecedência. Quero parabenizar o Allan, que eu acredito que seja um cara do diálogo, pela experiência que ele tem na OAB. Isso dá tempo para análise, comparações e propostas de emendas que contribuem, de fato, para as melhorias necessárias. Acho que, pela experiência que tem, você pode contribuir muito para fortalecer a relação entre o governo e a Casa. Espero que as discussões futuras tenham mais tempo para maturação e sejam feitas com maior profundidade. Afinal, estamos aqui para construir soluções, e não apenas para reagir ou postergar decisões importantes. Eu digo isso a você, Jailson, porque, quando falo da categoria, falo com responsabilidade. Você já foi chefe de gabinete de Luciano, de Márcia, de todos nós, mas, acima de tudo, você é um cidadão. E eu nunca vou querer algo que não seja justo. Não sou aquele amigo próximo, mas tenho um respeito muito grande por você, porque é um homem de silêncio que resolve muitas coisas, que é Rafael, precisamos parar de vender ilusões para os outros. A política baixa, rasteira, não leva a nada. Se algo está errado, tem que ser apontado, sim e corrigido. Mas não adianta usar mecanismos que não trazem soluções. Quero ser sempre verdadeiro, como sempre fui, com todos. Eu espero que, realmente, as coisas aconteçam. Porque, se não acontecerem, tudo vai continuar no automático. Vejo, neste ano, uma oportunidade de começarmos a trabalhar com uma proposta diferente, otimizando os gastos na educação. Não estou dizendo que há despesas desnecessárias, mas sei que ajustes são necessários. Esses ajustes passam, sim, pelo servidor, pela consciência do gestor da escola, pelo número de contratos e pelas licenças que falei. Para exemplificar, falei recentemente que há, aproximadamente, 300 licenças atualmente. Isso equivale a quase 50%. Como vamos sustentar isso? Essa é uma questão que precisa ser resolvida. Não vou mais me estender, senhor presidente, deixar de me auto avaliar como gestor. Sempre digo que quem perdoa é Deus, mas as desculpas muitas vezes são ferramentas que usamos para justificar problemas. O que a gente quer, na verdade, é atenção e respostas. Estou pronto para isso. Deixo claro que, quando se trata de educação, serei reto. Não vou vender ilusões para nenhum professor. Por exemplo, há muita discussão sobre precatórios. Amanhã ou depois, a gente vai lá, analisa tudo direitinho e verifica os valores para que se cumpra o que foi prometido. É preciso transparência e responsabilidade. Gostaria de agradecer a presença de todos. Quero dizer que estou pronto para as discussões, porque acredito que o trabalho de vocês contribui muito, especialmente para aqueles que mais precisam. Mas devemos manter a atenção. Não podemos vender ilusões nem assumir compromissos que não podemos cumprir. Jailson, precisamos abrir um canal sério de diálogo. Vamos trabalhar com seriedade, constituir comissões e visitar escolas. Se uma escola tem 10 pessoas onde cabem apenas 5, vamos buscar realocar. "Ah, mas o emprego é do vereador!" Nem

sempre é. Mas é fundamental otimizar os custos na educação. Quando analisamos os gastos e multiplicamos por 12, percebemos o impacto que isso tem. Não adianta só aumentar os recursos, porque, se não houver otimização, o dinheiro será consumido da mesma forma. Acho que é possível, sim, gerar uma economia que permita dar reajustes, mesmo que sejam 5%, 2% ou até 1%. Senhor presidente, sei que me estendi um pouco, mas quero reforçar que estaremos atentos. Com a graça de Deus, continuaremos trabalhando com seriedade e buscando soluções. Um abraço a todos e bom dia. **O Presidente Manoel Casciano da Silva retoma a palavra.** Mais algum vereador deseja usar a tribuna? Primeiramente, gostaria de agradecer aos senhores vereadores e ao doutor Cecílio pela compreensão e respeito. Estamos na terceira sessão extraordinária do dia 9 de janeiro de 2025, e todos os projetos que chegam a esta Casa são debatidos com os vereadores. Todos os vereadores aqui presentes sabem que sempre são chamados para discussão antes de qualquer votação. Portanto, esta Casa não aprova projetos sem debate prévio. Quero deixar claro que todos os projetos são analisados em reuniões com os vereadores antes de serem votados. Agradeço a presença de vossa excelência, que veio hoje acompanhar a sessão. Caso haja algum projeto pendente, teremos uma reunião em 10 minutos para discuti-lo. Aqui, nenhum projeto chega e passa pelas comissões sem análise detalhada ou sem respeito ao processo legislativo. Sabemos que muitos servidores enfrentam atrasos de dois a três meses para receber seus salários. Queremos mudar essa realidade e garantir que, a partir de janeiro, todos os funcionários municipais recebam seus vencimentos com o reajuste aprovado. Por isso, considero esta sessão justa e necessária, pois tem como objetivo assegurar o pagamento adequado aos servidores do município. Defendo que haja debate e respeito às opiniões de todos os vereadores. Todos os projetos foram discutidos nesta Casa, e não há razão para alegações de que alguém não teve acesso ao conteúdo. Todos os vereadores foram chamados para participar das discussões a respeito dos projetos. Muito obrigado! **O Presidente coloca em votação os Pareceres** das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei nº 001/2025 do Poder Executivo. Aprovados por unanimidade. **O Presidente coloca em 1ª votação o Projeto de Lei nº 001/2025** do Poder Executivo, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, adequando-os ao disposto no Decreto nº Decreto nº 12.342, de 30.12.2024, que dispõe sobre o salário mínimo e dá outras providências. Aprovados por unanimidade. **O Presidente coloca em votação os Pareceres** das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei nº 002/2025 do Poder Executivo. Aprovados por unanimidade. **O Presidente coloca em 1ª votação o Projeto de Lei nº 002/2025** do Poder Executivo, que modifica o art. 1º da Lei 1.925/2022 e dá outras providências. Aprovado por unanimidade. **O Presidente coloca em votação os Pareceres** das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei nº 003/2025 do Poder Executivo. Aprovados por unanimidade. **O Presidente coloca em 1ª votação o Projeto de Lei nº 003/2025** do Poder Executivo, que altera o art. 1º da Lei nº 2.014 de 04 de dezembro de 2023, e dá outras providências. Aprovado por unanimidade. **O Presidente coloca em votação os Pareceres** das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei nº 004/2025 do Poder Executivo. Aprovados por unanimidade. **O Presidente coloca em 1ª votação o Projeto de Lei nº 004/2025** do Poder Executivo, que altera a tabela de cargos destinados ao Projeto CHESF – CRIAD, criado art. 3º da Lei 2.042, de 23 de abril de 2024, e dá outras providências. Aprovado por unanimidade. **O Presidente coloca em votação os Pareceres** das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; de Educação e Cultura; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei Complementar nº 005/2025 do Poder Executivo. Aprovados por unanimidade. **O Presidente coloca em 1ª votação o Projeto de Lei Complementar nº 005/2025** do Poder Executivo, que dispõe sobre alteração da Lei Complementar nº 103/2010 e Lei 1.650/2017, com redação dada pela Lei nº 1.979/2023, nas disposições que indicar, e dá outras providências. Aprovado por unanimidade. **O Presidente coloca em votação os Pareceres** das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; de Desenvolvimento Econômico e Social; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei nº 006/2025 do Poder Executivo. Aprovados por unanimidade. **O Presidente coloca em 1ª**

votação o Projeto de Lei nº 006/2025 do Poder Executivo, que dispõe sobre a Contratação Temporária por Excepcional Interesse Público para Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências. Aprovado por unanimidade. O Presidente coloca em votação os Pareceres das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei nº 007/2025 do Poder Executivo. Aprovados por unanimidade. O Presidente coloca em 1ª votação o Projeto de Lei nº 007/2025 do Poder Executivo, que altera o §1º do art. 6º da Lei nº 2.031, de 20 de março de 2024, e dá outras providências. Aprovado por unanimidade. O Presidente coloca em votação os Pareceres das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei nº 008/2025 do Poder Executivo. Aprovados, 14 votos favoráveis, 1 voto contrário (Lindomar Lopes Diniz). O Presidente coloca em 1ª votação o Projeto de Lei nº 008/2025 do Poder Executivo, que altera a Lei Complementar nº 188, de 3 maio de 2013, nas disposições que indica, e dá outras providências. Aprovado por unanimidade. O Presidente coloca em votação os Pareceres das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; de Desenvolvimento Econômico e Social; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei nº 009/2025 do Poder Executivo. Aprovados por unanimidade. O Presidente coloca em 1ª votação o Projeto de Lei nº 009/2025 do Poder Executivo, que dispõe sobre a Política Municipal para a População em Situação de Rua do Município de Serra Talhada-PE, institui o Comitê Intersetorial de Políticas para População em Situação de Rua - CIPPSR, e dá outras providências. Aprovado por unanimidade. O Presidente coloca em votação os Pareceres das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; de Educação e Cultura; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei nº 010/2025 do Poder Executivo. Aprovados por unanimidade. O Presidente coloca em 1ª votação o Projeto de Lei nº 010/2025, do Poder Executivo, que altera o anexo único da Lei Complementar nº 188, de 3 maio de 2013, e dá outras providências. Aprovado por unanimidade. O Presidente coloca em votação os Pareceres das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2025 do Poder Legislativo. Aprovados por unanimidade. O Presidente coloca em 1ª votação o Projeto de Lei Complementar nº 001/2025 do Poder Legislativo, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Talhada/PE, e dá outras providências. Aprovado, 14 votos favoráveis, 01 voto contrário (Lindomar Lopes Diniz). O Presidente coloca em votação os Pareceres das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização; ao Projeto de Lei nº 002/2025 do Poder Legislativo. Aprovados por unanimidade. O Presidente coloca em 1ª votação o Projeto de Lei nº 002/2025 do Poder Legislativo, que fixa os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários do Município, e dá outras providências. Aprovado, 14 votos favoráveis, 01 voto contrário (Lindomar Lopes Diniz). Nada mais havendo a tratar o Presidente encerra a presente Reunião e mandou lavrar ata que depois de lida e aprovada será por todos assinada. Eu, Andressa Gonçalves da Silva, lavrei a presente ata.

Presidente: Manoel Casciano da Silva

Vice-Presidente: Alice Pereira de Lorena e Sá

1º Secretário: Rosimério Luiz Alves da Costa

2º Secretário: Clenio Alves de Melo

Antônio de Assis do Nascimento

Antônio Rodrigues de Lima

Francisco Pinheiro de Barros Francisco Pinheiro de Barros

Gilliard Mendes de Melo Gilliard mendes de melo

José Jaime Inácio de Oliveira José Jaime Inácio de Oliveira

José Raimundo Filho José Raimundo Filho

Juliana Aparecida Correa Tenório Juliana Aparecida Correa Tenório

Lindomar Lopes Diniz Lindomar Lopes Diniz

Romério Sena Brasil Romério Sena Brasil

Ronaldo Romão de Sousa Ronaldo Romão de Sousa

Tércio Barbosa de Siqueira Tércio Barbosa de Siqueira